

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

03.773.524/0001-03

**Nome da instituição**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

**Setor**

Secretaria-Geral da Presidência

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

Fabiana Aleixo Stelzer

**Telefone**

(19)3236-2100

**E-mail**[sgp@trt15.jus.br](mailto:sgp@trt15.jus.br)**Destinatário:****Nome**

Secretaria-Geral da Presidência do CNJ

**Setor**

Secretaria-Geral

**Descrição do documento**

Encaminha-se o Ofício n.º 284/2025-GP, referente à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2025 ACT - CNJ/STF/STJ/CJ.

**Anexos**

037 - OFICIO - n.º 284-2025-GP (2).pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
Gabinete da Presidência  
[www.trt15.jus.br](http://www.trt15.jus.br)

ANA PAULA  
PELLEGRINA  
LOCKMANN  
04/07/2025 18:08

Ofício n.º 284/2025-GP

Campinas, 4 de julho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: **Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2025 ACT - CNJ/STF/STJ/CJF**

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, informo que este E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região firmou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ/TST/CJF N.01/2025, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas entre os seus partícipes com o compromisso em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas nos eixos Ambiental, Social e de Governança do Poder Judiciário.

Com isso, noticio a divulgação, em 1º de julho de 2025, do referido Pacto, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, cuja cópia segue anexa a este Ofício, nos termos do artigo 94 da Lei n.º 14.133/2021.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN**  
Desembargadora Presidente do  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE CONTRATOS**

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 -  
CNJ/STF/ STJ/ CJF**

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
CNJ/STJ/TST/CJF N.01/2025, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO PODER  
JUDICIÁRIO PELA SUSTENTABILIDADE.**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

A Presidente, Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann declara firme vontade de desenvolver ações voltadas à proteção do meio ambiente, à promoção do bem-estar social e à boa governança, fundamentadas na ética, transparência e responsabilidade social, em conformidade com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Compromete-se também com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo de Paris (2015), bem como as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO), com especial atenção para a ISO 14001 (gestão ambiental), a ISO 26000 (responsabilidade social) e a ISO 45001 (sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional). No âmbito nacional, apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 215/2015, nº 351/2020, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 410/2021, nº 433/2021 e nº 497/2023, entre outras.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:

Eixo 1 - Ambiental:

a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida/certificada (ex:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE CONTRATOS**

PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;

b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;

c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

**Eixo 2 - Social:**

a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;

b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;

c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

**Eixo 3 - Governança:**

a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;

b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE CONTRATOS**

c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim “Informação à Sociedade” do STF.

1. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, pautadas nos três eixos fundamentais das práticas internacionais de ESG: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).

2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a Sra. Iara Cristina Gomes, ocupante do cargo Assessora de Gestão Estratégica, endereço eletrônico: iaragomes@trt15.jus.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

3. **VIGÊNCIA:** o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

**4. RESPONSABILIDADES:**

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

4.1.1 coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;

4.1.2 promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;

4.1.3 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;

4.1.4 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;

4.2 São responsabilidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região:

4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE CONTRATOS**

4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;

4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);

4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;

4.2.5 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

5. DISTRATO: o presente termo poderá ser rescindido da mesma forma prevista no Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

**6. PUBLICAÇÃO:**

6.1 Incumbirá ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, providenciar a publicação deste instrumento nos termos e prazos previstos no artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021

6.1.1 O CNJ encaminhará cópia do extrato da publicação aos demais partícipes do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado.

Campinas, 06 de junho de 2025.

**Desembargadora ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

 > [Contratos](#)

# Contrato nº 01/2025

Última atualização 01/07/2025

**Local:** Campinas/SP    **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**Unidade executora:** 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

**Tipo:** Termo de Adesão    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 3529/2025    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 01/07/2025    **Data de assinatura:** 06/06/2025

**Vigência:** de 06/06/2025 a 04/02/2030

**Id contrato PNCP:** 00509968000148-2-001852/2025    **Fonte:** Compras.gov.br

**Id contratação PNCP:** [00509968000148-1-001901/2025](#)

**Objeto:**

Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes par o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas nos eixos Ambiental, Social e de Governança.

**Informação complementar:**

Termo de Adesão ao ACT 01-2025 CNJ-STF-STJ-CJ

**VALOR CONTRATADO**

R\$ 0,11

**FORNECEDOR:**

**Tipo:** Pessoa jurídica    **CNPJ/CPF:** 00.531.640/0001-28    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Arquivos    Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
TermodeAdesoaoACT012025CNJSTFSTJCJ.pdf	01/07/2025	Outros Documentos

 Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

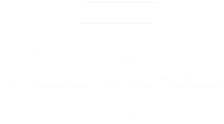
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

